

## MARTÍRIO DOS POVOS INDÍGENAS CONTINUA

Reunidos em Manaus, em sessão ordinária, nos dias 29 e 30 de janeiro, nós os membros da Diretoria do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) tomamos conhecimento de fatos graves que vêm acontecendo nas áreas indígenas do Estado do Paraná:

Em Mangueirinha a firma Slaviero extraiu 120 mil pinheiros e 80 mil árvores brancas dos índios que hoje reclamam de volta esta inestimável riqueza florestal que pertencia a eles por lei.

Em Palmas um chefe de posto da FUNAI foi além. Vendeu ilegalmente grande parte das terras indígenas em 1948 e que hoje estão nas mãos da madeireira Pigato. Os índios, conscientes deste esbulho, estão à espera de uma solução.

No posto indígena Rio das Cobras continua a invasão das terras dos índios. Estes são 1.200 e os brancos, ocupando a área são 2.000. Além disso, a madeireira Marochi lá está retirando os pinheiros de maneira fraudulenta. A situação é tensa. No dia 16 deste, houve um início de luta armada entre brancos e índios. O Pe. Francisco Sózi, ao defender os índios, foi ameaçado de morte pelos moradores, inclusive por prepostos da empresa Marochi.

Estes não são casos isolados no quadro dos Estados do Sul. Os Xokleng de Santa Catarina estão na iminência de verem suas terras loteadas pela FUNAI. Os Guarani de Itanhaem e Itariri, em São Paulo, continuam tristemente sem nenhuma garantia de suas terras.

Estes fatos de terras indígenas ainda sem solução, e que não são os únicos no território nacional, estão acontecendo exatamente no ano-limite da demarcação das reservas indígenas. Eis como reza o artigo 65 do Estatuto dos Índios: "O Poder Executivo, fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas". (Lei 6001 de 1973).

Ao reclamarem suas terras os índios não pedem esmolas ou favores. Pelo contrário, estão cobrando a execução de um serviço determinado por lei em vista de um bem essencial à sua sobrevivência física, social e cultural.

Este ano-limite de demarcação territorial é também o ano da celebração dos sete povos indígenas martirizados, há dois séculos, por causa de suas terras. Vai ser uma resposta das Igrejas e Instituições ao apelo dos próprios índios.

Por isso nesta reunião de Manaus o CIMI unido aos índios, mártires de ontem e de hoje, quer testemunhar-lhes sua irrestrita solidariedade, especialmente a estes índios do Paraná e comprometer-se a lutar, sem desfalecimento, para que todos eles obtenham o reconhecimento e a concretização do humano direito de suas terras.

Manaus, 30 de janeiro de 1978

Dom Tomás Balduino

- Presidente do CIMI

= Nossa solidariedade também a todos aqueles que lutam ao lado dos índios, pelos seus direitos e sobrevivência e por isso mesmo sofrem ameaças até de morte, como Pe. Francisco e Pe. Natalício.